

# Projeto-piloto de securitização

por Maria Helena Tachinardi  
de Brasília

O governo brasileiro está estudando uma operação-piloto para a redução da dívida, que será baseada na securitização de uma parte dos débitos, comentou ontem o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira. Ele explicou que para os 10% da dívida, em nome dos bancos estrangeiros, seria pedido um desconto em forma de redução dos juros, "o que causa um impacto mais rápido e exige menos esforço contábil por parte dos bancos". Acrescentou que a redução da dívida poderá começar no segundo semestre.

Indagado se seria necessário um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para iniciar esse processo, que foi longamente debatido pelo grupo dos oito países latino-americanos, o embaixador disse que não necessariamente, pois o México chegou a reduzir parcela pequena de sua dívida, antes mesmo da existência do Plano Brady, que condicio-



**Marcílio Marques  
Moreira**

na a participação do FMI e do Banco Mundial nos mecanismos da redução.

O embaixador brasileiro embarcou ontem para o Rio, depois de um almoço com o presidente José Sarney, com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e com o assessor internacional do Planalto, Luiz Felipe Seixas Corrêa. Nas duas entrevistas que deu, desfez a expectativa criada nos últimos dias de que seria portador de uma estratégia de condução da

"moratória técnica" para ser apresentada aos organismos financeiros internacionais, nos EUA.

"Não tenho nenhuma missão especial, afóra continuar conduzindo os entendimentos rotineiros com o Departamento do Tesouro dos EUA e com outros segmentos da economia norte-americana", disse.

Ele acrescentou que não está prevista uma moratória da dívida e que "as reservas brasileiras são superiores às do final do ano passado e podem cobrir vários meses de importação". Sobre as medidas adotadas na sexta-feira passada — centralização do câmbio, criação do BTN fiscal e mididesvalorização do cruzado — salientou que "tem o objetivo de facilitar o fechamento do balanço de pagamentos e defender com firmeza as reservas cambiais porque estamos num período de transição e não podemos esperar recursos do exterior. Temos de contar com nossos recursos e com alguma forma de compreensão dos banqueiros internacionais".

O embaixador reafirmou que o Brasil só honrará seus compromissos externos se tiver recursos e reservas compatíveis com suas necessidades, relata o repórter Itamar Garcez deste jornal. Negou que o final do governo possa impedir as negociações: "Nós vamos argumentar que isso não faz sentido, como não fez sentido quando recusaram o empréstimo ao último governo, que tinha o endosso do presidente Tancredo Neves".

Marques Moreira admitiu, no entanto, que há dificuldades em razão da proximidade de instalação do novo governo. "Temos que tentar romper isso, mas não há garantia de que isso ocorra." Segundo ele, "isso vai depender de todo o espectro de nossas contas externas, do comportamento da taxa de juros, das exportações nos próximos meses e das importações".

Para tentar convencer os credores, o embaixador vai argumentar que "a execução de caixa do Tesouro, no primeiro semestre, foi melhor do que no ano passado, pois tivemos um superávit

primário". "Além disso", diz, "o déficit operacional foi inferior ao de 1988 e a dívida mobiliária em poder do público está no mesmo nível de 31 de dezembro do ano passado, ou seja, 11% do PIB, que é um número baixo, semelhante ao do México."

Ele está otimista também com outros indicadores da economia brasileira, como a taxa de desemprego — de 3,37%, "a mais baixa da década" — e o crescimento de 5,3% da atividade industrial em maio e ainda a expansão da safra de grãos — de 40%, nos últimos três anos. Além disso, cita, há o crescimento da economia medido pelo aumento do consumo de energia elétrica.

Fazendo uma comparação com o passado, em que a economia era "bimetálica", baseada na prata e no ouro (a queda de um sempre era compensada pela alta do ouro), salientou que, enquanto o cruzado novo é desvalorizado, o BTN tem hoje duas funções substitutivas — a de unidade de conta e a de guarda de valor.